

As palavras do presidente Fernández



Por **GUSTAVO CAPONI***

O que elas escondem e também legitimam.

As descabidas declarações que o presidente da República Argentina fez sobre a composição étnica da sociedade argentina, em comparação com a de outras nações da América Latina, já foram justamente impugnadas e merecidamente ridicularizadas pela imprensa internacional, aí incluída grande parte da imprensa argentina. A condenação e o escárnio, além disso, teve um amplo e compreensível eco nas redes sociais.

Alberto Fernández não deve poder deixar de arrepender-se pelo dito; prometendo-se aprender a pensar antes de falar. Mas eu acredito que segue sendo pertinente examinar que é o que realmente tiveram de ruim essas declarações e a quem foi que elas realmente ofenderam. Porque, para falar a verdade, ser descendente dos habitantes originários deste continente, sejam eles povos do mato, dos sertões, dos altiplanos, das montanhas, ou dos pampas, não tem absolutamente nada de ruim nem de vergonhoso. Como tampouco tem nada de ruim ser descendente desses africanos que aqui chegaram depois de serem arrancados de suas selvas, savanas e desertos. Nada há de desonroso nisso; como tampouco há nenhum mérito em ser descendente de italianos, de alemães, de árabes, de armênios, de poloneses, de coreanos ou de japoneses. Por outra parte, dizer que os brasileiros vêm da selva, não é mais que um alarde de ignorância histórico-geográfica.

Todavia, ao recordar a lenda de que ‘os argentinos descendem dos navios’, embora seja para mencioná-la como se ela fosse ‘um pouco exagerada’, Fernández menosprezou a condição de argentinos da maioria de seus compatriotas. Uma maioria cuja filiação remete, preponderantemente, aos habitantes originários da América; e que, em não poucos casos, também remete aos afrodescendentes que muito se mestiçaram com essa maioria indígena e mestiça. Esse é o aspecto mais imperdoável da sua infeliz e penosa tentativa de adular servilmente ao representante de um país europeu do qual ele espera os sempre ansiados ‘investimentos produtivos’; esses mesmos investimentos que nunca chegam e que, se chegam, em geral o fazem para aprofundar o atraso. É claro, por outra parte, que, em uma ocasião como essa, Fernández poderia ter mencionado os velhos e estreitos vínculos culturais que existem entre Espanha e Argentina.

Em sua triste pantomima, Fernández pretendeu citar a Octavio Paz; quem, ironizando sobre as pretensões de muitos portenhos, disse alguma vez que, enquanto os mexicanos descendem dos astecas e os peruanos dos incas, os argentinos descendem dos navios. Mas, em realidade, o que ele estava citando era a letra de ‘*Llegamos de los barcos*’: uma imperdoável canção composta por Litto Nebbia; um músico popular, de larga e irregular trajetória, do qual o presidente seria amigo pessoal. É nessa canção que se pode escutar: “Los brasileiros salen de la selva // los mexicanos vienen de los indios // Pero nosotros, los argentinos, llegamos de los barcos”. E, ao repetir isso, o presidente dos argentinos não somente reproduzia um erro gramatical, porque ‘*llegamos de los barcos*’ não é castelhano correto; senão que, além disso, ele repetia uma velha zonzeira argentina à qual, sem querer, Octavio Paz deu sua expressão canônica: “os argentinos descendem dos navios”. Quer dizer: os argentinos levaram a sério a fina ironia do mexicano; e passaram a usá-la para expressar um mito muito enraizado na cultura rio-platense: aludo à fábula de que somos, maioritariamente, descendentes de imigrantes europeus. E digo que é uma fábula, ou um mito, sem maiores pretensões de rigor etnográfico: o que eu quero dizer é que se trata de uma simples mentira sobre cuja função ideológica há que precaver-se.

É verdade que, na Argentina, a imigração europeia, que começou a dar-se na segunda metade do Século XIX e se manteve com ritmos desiguais por quase cem anos, foi um fenômeno de magnitude muito particular. Teve proporções que não se deram em nenhum dos outros países da América de Latina; e o efeito disso se fez mais notório pela relativa escassez de

população indígena, negra e crioula que havia nas regiões às chegariam essas multidões vindas da Itália, da Espanha, da Suíça, da França, da Alemanha, da Irlanda, da Polônia e de outros países europeus. Sem excluir, além disso, a importantes contingentes de sírio-libaneses que, em um início, chegavam com passaportes do império turco. Porém, não obstante a intensidade dessa imigração, e malgrado o tamanho relativamente pequeno da população indígena, crioula e negra com a qual ela ia topar-se, o fato é que é falso que a Argentina seja um país de população preponderantemente europeia. Possivelmente com a exceção de Uruguai, a proporção total da população de origem europeia que se dá na Argentina é certamente maior do que em qualquer outro país da América Latina; porém, mesmo assim, não chega a ser majoritária.

Isso é assim por dois motivos: a natalidade dos descendentes de imigrantes europeus sempre foi menor que a natalidade da população indígena, crioula e mestiça; e, além disso, há que considerar que a Argentina nunca deixou de ser receptora de imigrantes de outros países da América do Sul. E este contingente populacional, pelo geral, provinha de setores sociais marginados em seus países de origem, nos quais predominam o indígena e o mestiço. Isso ocorreu durante o período das grandes imigrações europeias; mas também continuou ocorrendo, e de forma muito sustentada, quando a imigração europeia começou a perder impulso. E, no que tange a isso, pouca diferença fizeram alguns fatos que costumam citar muitos argentinos que, pretendendo não ser racistas, ainda gostam de alimentar a zonzearia de que somos 'europeus no exílio'. Refiro-me, concretamente, à afirmação de que a população a indígena, mestiça, mulata e negra teria sido objeto de políticas de extermínio que explicariam seu suposto desaparecimento.

É frequente lembrar, com efeito, o fato, inegável, de que, no Século XIX, índios, mestiços, negros e mulatos foram carne de canhão na guerra da independência, nas muitas guerras civis, na guerra com o Brasil e na campanha contra o Paraguai. E a isso se acrescentam as campanhas contra os índios das regiões pampianas, patagônicas e chaquenhãs; que, certamente, merecem o qualificativo de 'genocidas'. Sem esquecer, por outro lado, o descaso que as primeiras políticas de saúde pública tiveram para com esses setores da população que sempre estiveram marginalizados. Contudo, por real que todo isso seja, o impacto populacional efetivo desses fatos citados pelos denunciadores da 'história maldita do branqueamento argentino', foi, de longe, muito menor do que os que esses 'denunciadores' parecem querer supor. Essa população continuou crescendo, nutrindo sempre esses setores mais pobres da sociedade nos que descendentes de indígenas, crioulos pobres e negros se misturaram sem excluir os imigrantes e descendentes de imigrantes europeus com os que foram relacionando-se. Não dá para dizer: 'Sinto-o muito, essa população de pele escura deixou de existir, ou se reduziu muito; e agora quase todos somos descendentes de imigrantes de ultramar'. Isso é definitivamente falso.

Para comprová-lo nem sequer é necessário viajar ao 'interior' do país: alcança com afastar-se alguns quilômetros do centro de cidades como Buenos Aires, Rosario ou Córdoba. Aí se constatará o que também poderia inferir-se vendo a fisionomia daqueles que se apinham no transporte público que, ao fim de cada dia, leva-os desde esses centros nos que trabalham, até os subúrbios, muitas vezes miseráveis, nos que em geral vivem. Valendo o mesmo para a fisionomia da maioria dos que, no final do ano, lotam os terminais de ônibus de larga distância, e em alguns casos as estações de trem, para ir visitar suas famílias nas diferentes províncias das que eles provêm. Se poderia ver, com efeito, que a maior parte dos argentinos não têm feições muito diferentes daquelas que também têm a maior parte dos paraguaios, chilenos, colombianos, peruanos, mexicanos, etc. Quer dizer: os argentinos de feições que remetem a filiações italianas, galegas, polonesas, irlandesas, etc., são muitos; mas não chegam a ser maioria.

O estrangeiro que visita os bairros nobres de Buenos Aires pode não ver isso com claridade. Mas, se esse visitante olha o rosto da mulher que limpa os banheiros do restaurante ou do aeroporto, do lavador de taças que trabalha atrás do mostrador da pizzeria, da arrumadeira do hotel, ou das 'chicas' que acompanham nas suas compras às 'senhoras' da Recoleta, ele poderá começar a entrever outra coisa. Algo que, dito seja de passagem, tampouco é muito fácil de inferir conhecendo a maior parte daqueles argentinos que veraneiam em Florianópolis ou que visitam Miami, Paris ou Barcelona: seja para turismo, ou para participar de diferentes atividades vinculadas como suas profissões. Aí quase não se verá a esses argentinos cujos rostos remetem a uma filiação distinta da europeia. Mas isso não se deve a que esses argentinos não existam ou sejam poucos: esses argentinos não costumam ser vistos nesses lugares e situações porque, em geral, eles são pobres; e são pobres porque na Argentina funciona um apartheid racial que não é muito mais permeável que esse que no Brasil marginaliza a negros e mulatos.

Na Argentina, a correlação, inversamente proporcional, entre feições indígenas mais ou menos pronunciados, e a possibilidade de acesso efetivo a bens e direitos, segue um padrão tão estrito e regular como o que se dá o Brasil quando se

correlaciona a possibilidade desse acesso a bens e direitos, com fisionomias que mostrem alguma ascendência africana. Isto, em ambos os casos, tem a ver tanto com a facilidade de colocação no mercado de trabalho, e nas melhores posições relativas dentro dele, quanto com o tratamento recebido por parte das forças policiais ou de qualquer outro representante do poder estatal. Aí incluído profissionais de saúde, assistentes sociais, e docentes. Mas tudo isso também pode chegar a afetar o acesso a diferentes espaços de sociabilidade, como shopping centers, salões de baile, bares, clubes, etc. No Brasil, entretanto, o problema é reconhecido; e esse racismo, tenaz e recorrente, assume-se, às vezes com hipocrisia, como um problema a ser superado. Na Argentina, em troca, esse problema nunca é reconhecido.

A cultura e a sociedade argentinas estão atravessadas por um racismo permanentemente enunciado, mas frequentemente denegado; e essa denegação inclui alguns mecanismos de fuga ou desvio da questão que é imprescindível evitar. Não pode ser que quando se discute o racismo na sociedade argentina se insista em recordar aquilo de que os imigrantes italianos foram desprezados por uma oligarquia que preferia a imigração da Europa do norte; e é inadmissível que, por insistir em manter em pauta assuntos tão trilhados, ignore-se a nítida racialização da desigualdade que se registra ao considerar todos os aspectos relevantes da vida social: renda, educação, profissões, habitação, perseguição policial, saúde, etc. E tampouco pode ser que esse racismo estrutural, que afeta a um setor maioritário da população, seja reduzido ao problema real, e urgente, dos povos originários, ou à discriminação dos imigrantes de países limítrofes.

A criminalização das lutas mapuches na Patagonia, a marginalização dos Tobas nas favelas de Rosário, ou o extermínio passivo dos Witchis no Chaco, constituem realidades terríveis que merecem ser enfrentadas com independência de qualquer outro problema. Valendo o mesmo para a estigmatização e perseguição dos imigrantes de diferentes países sul-americanos e, agora, também africanos. Porém, é necessário não deixar de ver que todas essas situações não deixam de ser manifestações de um apartheid racial mais amplo e que abrange muito mais que isso; alcançando, como venho dizendo, a uma maioria dos argentinos. Um apartheid maciço, de dimensões quase sul-africanas, que também é um apartheid geográfico; e, ao qual, atitudes como a do presidente Fernández ajudam a esconder, mas também a legitimar. Eis aí a cruel função ideológica da zonzeira “os argentinos descendem dos navios”.

***Gustavo Caponi** é professor titular do Departamento de Filosofia da UFSC.